

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.617.377 - DF (2016/0200096-7)**

**RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE : JOSÉ LUIS DE ASSUNÇÃO RODRIGUES**  
**ADVOGADOS : ROBERTA ALVES ZANATTA - DF016646**  
**CARLOS ALBERTO AVILA NUNES GUIMARÃES - DF025714**  
**AGRAVADO : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A**  
**ADVOGADOS : ROBERTA DE ALENCAR LAMEIRO DA COSTA - DF017075**  
**CARLOS ALBERTO AVILA NUNES GUIMARÃES E OUTRO(S) - DF025714**  
**JULIANA NOGUEIRA DE RESENDE LOPES CAVALCANTE - DF036747**  
**MARCELA GOMIDE NETO DE PAULA - DF036957**  
**MICHEL DOS SANTOS CORRÊA - DF030599**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interno interposto por JOSÉ LUIS DE ASSUNÇÃO RODRIGUES contra decisão (fls. 595/598), desta relatoria, que deu provimento ao recurso especial da parte ora agravada.

Nas razões do agravo interno, o agravante sustenta ser ilegal a existência de reajuste diferenciado e previsão de coparticipação para o plano de saúde dos inativos.

Ao final, pleiteia a reconsideração da decisão agravada.

Às fls. 612/651 e-STJ, a AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A. opõe embargos de declaração contra o referido *decisum*.

É o relatório. Passo a decidir.

Considerando as razões apresentadas no agravo interno, tem-se que a decisão agravada merece ser reconsiderada.

Como relatado, a decisão ora agravada acolheu o recurso especial da parte ora agravada e reformou o acórdão proferido pelo Tribunal de origem por entender pela legalidade da opção da operadora de plano de saúde pela separação das categorias entre ativos e inativos, com a aplicação do entendimento firmado no REsp n. 1.703.925/SP. A ementa desse julgado possui a seguinte redação, *in verbis*:

**"PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. PLANO DE SAÚDE. TRABALHADORES ATIVOS. AUTOGESTÃO. EX-EMPREGADOS. PLANO COLETIVO**

EMPRESARIAL. REGIME DE CUSTEIO DIVERSO. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DA COBERTURA ASSISTENCIAL. DIVISÃO DE CATEGORIAS. ATIVOS E INATIVOS. OPÇÃO DA OPERADORA. REQUISITOS LEGAIS. OBSERVÂNCIA. PRECEDENTE DA TERCEIRA TURMA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O presente agravo interno foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, em recente julgado, pacificou o entendimento de que é legal a opção da estipulante por separar as categorias entre ativos e inativos, porquanto se garante ao empregado aposentado ou demitido a manutenção das mesmas condições de assistência à saúde, em valores de mensalidade abaixo dos praticados no mercado, não sendo obrigatório que o plano de saúde coletivo seja uno, especialmente com relação ao regime de custeio. Precedente: REsp 1.656.827/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 5/5/2017.

3. O beneficiário não apresentou argumento novo capaz de modificar a conclusão adotada, que se apoiou em entendimento aqui consolidado para dar provimento ao recurso especial manejado pela ex-empregadora.

4. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência quanto a aplicação do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

5. Agravo interno não provido, com imposição de multa." (AgInt no REsp 1.703.925/SP, Rel. **Ministro MOURA RIBEIRO**, DJe de 9/3/2018)

Ocorre que tal precedente foi analisado no âmbito da Terceira Turma desta Corte e, portanto, não possui o efeito vinculativo de recurso julgado pelo rito do art. 1.036 do CPC/2015, sendo que o presente caso envolve a definição de quais condições

assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei 9.656/1998, cujo tema foi afetado recentemente.

Com efeito, semelhante discussão foi afetada pela eg. Segunda Seção, nos autos do **REsp n. 1.818.487/SP**, REsp n. 1.816.482/SP e REsp n. 1.829.862/SP, em acórdãos publicados em 5/11/2019, a serem julgados pelo rito do art. 1.036 do CPC/2015. Neste momento, convém destacar a ementa do acórdão do primeiro processo, salientando que as demais ementas possuem a mesma redação:

*"PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PLANOS DE SAÚDE COLETIVOS. EX-EMPREGADO E DEPENDENTES.*

*APOSENTADORIA OU DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. PERMANÊNCIA NO RESPECTIVO PLANO. CONDIÇÕES ASSISTENCIAIS E CUSTEIO.*

*1. Delimitação da controvérsia: Definir quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998.*

*2. RECURSO ESPECIAL AFETADO PARA JULGAMENTO PELO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS."*

(ProAfR no **REsp 1.818.487/SP**, Rel. Ministro ANTÔNIO CARLSO FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 29/10/2019, publicado em 5/11/2019)

Nesse contexto, tem-se que a questão discutida nestes autos está afetada ao rito dos recursos repetitivos, registrada como "Tema Repetitivo n. 1.034", e encontra-se pendente de julgamento.

Assim, é imperiosa a devolução dos autos ao Tribunal *a quo*, consoante determina o art. 256-L, I, do RISTJ, que assim dispõe: "*Publicada a decisão de afetação, os demais recursos especiais em tramitação no STJ fundados em idêntica questão de direito: I- se já distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem, para nele permanecerem suspensos, por meio de decisão fundamentada do relator*", para observância da sistemática dos recursos repetitivos.

Fica prejudicada a análise dos embargos de declaração opostos pela parte ora embargada.

Diante do exposto, dou provimento ao agravo interno para reconsiderar a decisão agravada, tornando-a sem efeito, e determinar a devolução dos autos ao Tribunal de

# *Superior Tribunal de Justiça*

origem, com a devida baixa, para que, o recurso especial permaneça suspenso até a publicação do acórdão paradigma, nos termos do art. 1.037, II, do Código de Processo Civil de 2015, devendo ser analisado, em seguida, o procedimento dos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015.

Julgo prejudicado os embargos de declaração opostos pela parte ora embargada.

Publique-se.

Brasília/DF, 07 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator